



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CIP, DA COLENDAS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO GOIÁS – SES/GO

Ref. Chamamentos Públicos nº 06/2022 (HERSO)

O INSTITUTO PATRIS, Parceiro Privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 37.678.845/0001-40, Organização Social qualificada pelo Decreto nº 9.994/2021/GO, devidamente habilitada nos autos, neste ato representado pelo seu Presidente **VITTOR ARTHUR GALDINO**, com fulcro no Item VII do Edital, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, apresentar **CONTRARRAZÕES**, ao Recurso Administrativo interposto por **IPGSE – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1. DOS FATOS

Conforme respeitável decisão preliminar o IPGSE, foi considerada inabilitada.

Todavia, o Recorrente interpôs recurso, pleiteando sua habilitação.

Senão vejamos os fundamentos de mérito, que concluirão pela manutenção da decisão dessa colenda Comissão:

2. DO MÉRITO

2.1.1. DO CUMPRIMENTO INTEGRAL ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

É notório que o edital faz Lei entre as partes, e para visar sua habilitação uma Organização Social necessita cumprir rigorosamente todos requisitos esclarecidos no edital.

Dentre os descumprimentos do edital, podemos apontar os seguintes:

- **Fls. 27** – A composição do Conselho de Administração, nos termos do art. 28 e seguintes do estatuto social da Recorrente, está em desacordo com o determinado na Lei nº 15.503/2005/GO;
- **Fks, 124-128** – A Eleição do Conselho de Administração está em desacordo com a Lei, que termina o % específico para cada posto, sendo que além da Sra. Karla, todos os demais eleitos não são membros da OS;
- O Presidente Eduardo não participou da Ata do Conselho de Administração de 23/05/2022 (fls. 120 e ss), Ata está que aprovou a proposta de trabalho deste certame (HERSO), violando o art. 3º, V da Lei nº 15.503;
- Não apresentou CRA, conforme exigência do edital;
- Fls. 106, não constou declaração de visita técnica com identificação do representante do Hospital;
- Balanço em desconformidade e índices irregulares.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme decisão de inabilitação, a Recorrente não compôs Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 15.503/05, do Estado de Goiás, de maneira regular.

Trata-se de vício insanável!

Lembrando que o edital fez a seguinte previsão expressa: **Item 5.3. “n”, do Edital:**



“n) Documento de aprovação, por parte do Conselho de Administração, da proposta do contrato de gestão, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei Estadual nº 15.503/05.”

A Lei, por sua vez, estabelece o quanto segue:

“Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

(...)

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;”

DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA SEM A PRESENÇA DO REPRESENTANTE MÁXIMO DA O.S.

Analisando sistematicamente os dispositivos abaixo, é possível compreender a exigência legal de participação do representante máximo da O.S., no ato de aprovação da proposta de contrato de gestão da entidade:

- 1) Item 5.3 “n” do edital;
- 2) Artigo 3º, V, da Lei nº 15.503/05;
- 3) Artigo 4º, II, da Lei nº 15.503/05;

Porém, da Documentação de Habilitação da Recorrente IPGSE, comprova não constar com a presença da autoridade máxima da O.S., violando o comando do artigo 3º, V da Lei nº 15.503/2005/GO.

Desta forma, por flagrante violação dos Itens 5.3. “n”, do edital, e artigos 3º, V c/c 4º, II da Lei nº 15.503/05, inevitável o reconhecimento da inabilitação da ora Recorrida.

3. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS



Diante do exposto, requer seja o Recurso Administrativo interposto pelo IPGSE – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS julgado improcedente, mantendo sua inabilitação, por descumprimento da Lei e do edital.

Termos em que,
Pede deferimento,

Goiânia/GO, 26 de dezembro de 2022.

VITTOR ARTHUR GALDINO
Presidente
INSTITUTO PATRIS